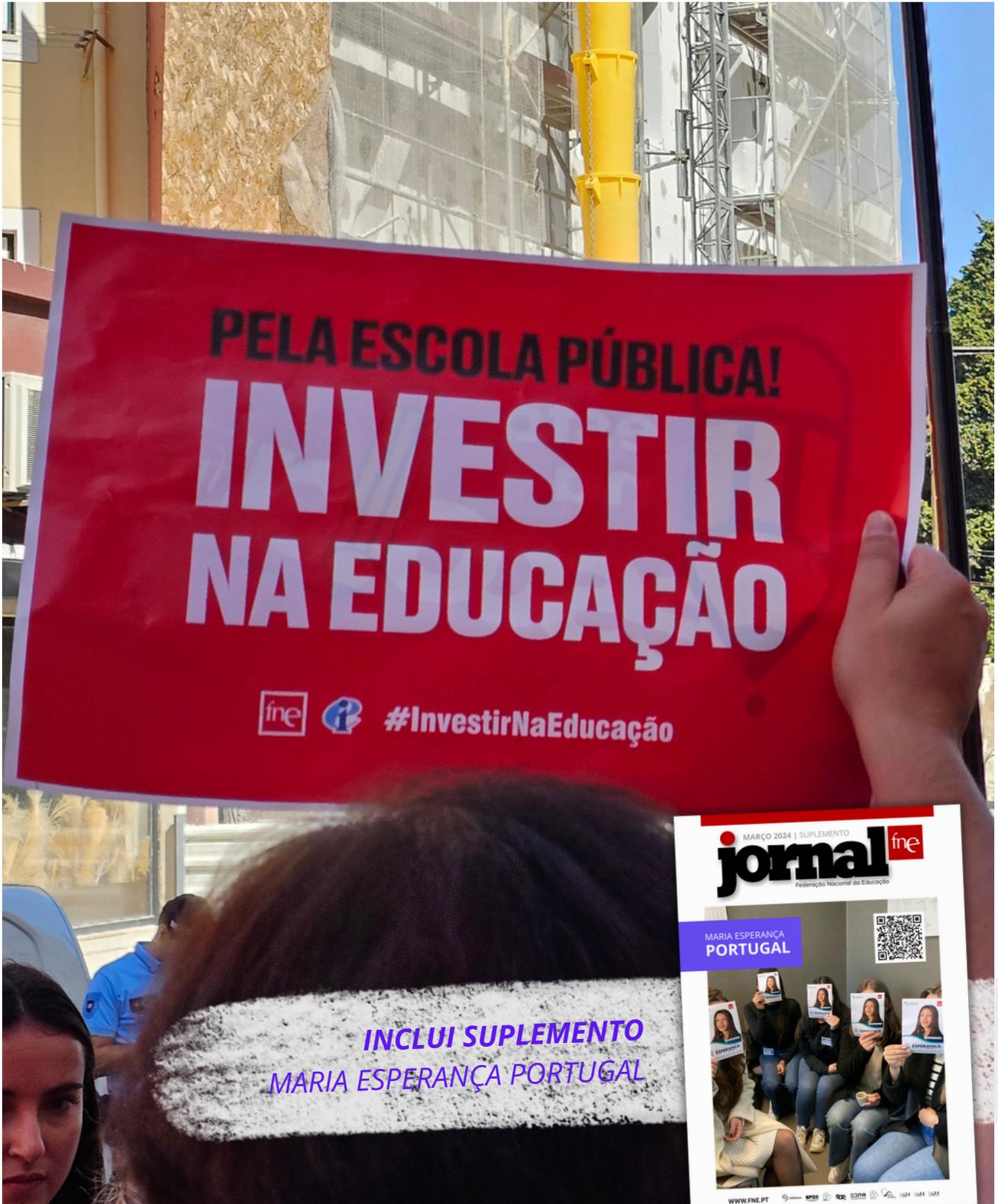


# jornal

MARÇO 2024

Federação Nacional da Educação



# ÍNDICE

3 - 4

EDITORIAL

5 - 48

AÇÃO SINDICAL

49 - 53

TEM A PALAVRA



54 - 56

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

57 - 59

INTERNACIONAL

60 - 62

SAÚDE



# EDITORIAL



## Perspectivas e desafios para a educação na nova legislatura

Esta edição online do jornal da FNE é publicada num momento em que o recém-eleito primeiro ministro, Luís Montenegro ainda se prepara para apresentar os novos ministeriáveis do seu governo.

E o futuro novo ministro da educação tem pela frente muitos e complexos desafios. Nos últimos oito anos, a educação mergulhou num mar de problemas que se adensaram, por incapacidade política e inabilidade reformista de Tiago Brandão e de João Costa e da ébria teimosia de um primeiro ministro que não se capacitou que ter um sistema educativo de qualidade para todos implica mais investimento e olhar para os problemas com seriedade e resolvê-los, em vez de os empurrar sistematicamente com a barriga.

O resultado esteve à vista. As tensões acumularam-se e tornaram-se explosivas. A tempestade começa com a falta de um planeamento estratégico para o sistema educativo que provocou uma enorme brecha no coração de todo o sistema de ensino, que foi a falta de professores.

A este somam-se muitos outros, nomeadamente os níveis de precariedade que se mantêm elevados, o envelhecimento do corpo docente que aumentou de forma galopante, o número de alunos por turma não mereceu a redução necessária para que os professores utilizem pedagogias diferenciadas e que respondam qualitativamente a um ensino mais individualizado.

Atendendo à diversidade e cada vez maior multiculturalidade dos alunos, as escolas queixam-se no seu dia a dia da falta de recursos humanos para lidar com o crescente fenómeno da imigração, tornando-se necessário trabalhar os aspetos da língua e da cultura de uma forma mais aprofundada, visando uma melhor e mais rápida integração dos alunos provenientes de outras latitudes regionais.

O sobretrabalho tornou-se num pesado fardo na vida profissional dos educadores e professores, colocando todo um corpo de profissionais sob grande stresse emocional e *burnout*.

Isto com reflexos negativos na qualidade do ensino, caindo-se na inexistência de apoios à fixação de professores nas zonas mais críticas e desfavorecidas e em zonas cujo custo de vida é mais elevado.

Tal situação repercutiu-se, naturalmente, na falta de professores nessas regiões e a burocracia tornou-se exponencialmente num sumidouro de tempo e energia dos professores, com graves consequências para o tempo necessário a uma boa preparação das aulas e de uma consequente reflexão crítica sobre a sua prática pedagógica.

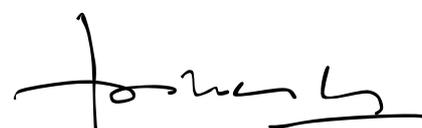
Por outro lado, o aumento da indisciplina e violência no espaço escolar e na sala de aula trouxe desafios permanentes à autoridade do professor e ao desgaste psíquico que este fenómeno acarreta.

A somar a isto, verificou-se uma falta de atratividade que a profissão docente perdeu nos últimos anos, pelos baixos salários pagos pelo Estado, pela precariedade, pela instabilidade emocional fruto de uma carreira e de um sistema de colocações pouco atrativos.

Ficamos com uma profissão amarrada a um colete de normas e procedimentos emanados da tutela que foram degradando progressivamente a sua autonomia pedagógica, dentro de escolas que lutam diariamente com falta de condições de trabalho para professores e alunos colocando a nu acentuadas desigualdades entre elas, também presas numa teia asfíxiante de burocracia e a uma acorrentada política de descentralização de competências, que acrescentou novos problemas às escolas, amputou a pouca autonomia que detinham e politizou o seu funcionamento interno.

Não acaba aqui a lista dos problemas que afetam o nosso sistema educativo. Os desafios do novo ministro da educação são imensos, mas podem constituir um tempo de novas oportunidades para dar um rumo diferente à educação, com um ambicioso plano estratégico de médio e longo prazo, que abra perspectivas de um futuro mais promissor para os nossos alunos.

Que os atuais professores alcancem nesse novo futuro uma nova janela de esperança para a sua realização pessoal e profissional. E que a nova realidade atraia assim novos profissionais motivados e empenhados para a causa educativa.



**JOSÉ RICARDO COELHO**

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DA FNE



OBSERVATÓRIO  
CONVIVÊNCIA ESCOLAR



# FNE/AFIET, CONFAP, ANDAEP, IAC e Ordem dos Psicólogos apresentaram “Observatório da Convivência Escolar”

A FNE – Federação Nacional da Educação, a AFIET - Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho, a CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais, a ANDAEP – Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas, o IAC - Instituto de Apoio à Criança e a Ordem dos Psicólogos, realizaram no dia 22 de março de 2024 no Porto, na sede da FNE, uma conferência de imprensa para apresentação de uma iniciativa conjunta designada como “OBSERVATÓRIO DA CONVIVÊNCIA ESCOLAR”, podendo vir a ver envolvidas outras organizações/instituições.



## João Dias da Silva

O Presidente da AFIET defendeu que *"queremos refletir articuladamente sobre a qualidade da convivência nas nossas escolas. Não queremos ter uma perspetiva alarmista em relação a este tema, mas pretendemos estar atentos aos fenómenos que ocorram nas escolas"*. Para o líder da AFIET, o que este Observatório pretende é *"articular perspetivas diversas sobre os vários comportamentos, na sala de aula, dentro das escolas, no espaço escolar"*.

## Filinto Lima

O Presidente da ANDAEP sublinhou a importância desta iniciativa e a multidisciplinaridade da equipa que foi composta e que *"está preocupada com o contexto da disciplina na escola. É preciso lembrar que o Estatuto do Aluno e Ética Escolar não é revisto há mais de 10 anos, sendo que a sociedade e a escola mudaram e não se fez revisão. É preciso promover a escola pública do país e com mais disciplina é normal que os resultados escolares e as aprendizagens melhorem"*.



## Marisa Carvalho

A representante da Ordem dos Psicólogos acentuou a necessidade de *"se criar uma ação preventiva e de promoção, pensar como podemos contribuir para melhores comportamentos, mas também estruturas e políticas que possam contribuir para uma escola mais inclusiva e segura"*. Marisa Carvalho acrescentou ainda que *"este Observatório vai ser fundamental para ajudar a pensar soluções, recomendações, repensar a comunidade, a escola e políticas ativas. Sublinhamos o papel que os psicólogos têm neste processo na ajuda para resolver problemas mais complexos"*.



## Mariana Carvalho

A presidente da CONFAP manifestou preocupação pela saúde mental da comunidade escolar. *“Uma das nossas preocupações é a saúde mental e emocional das crianças e jovens e os comportamentos. Sobretudo os alunos do 2.º ciclo estão muito afetados, mas também os professores. E as famílias também”,* sublinhou ainda que *é preciso refletir sobre estas matérias, “percebermos as dinâmicas entre toda a comunidade educativa, percebermos os incidentes que existem”. “Se conseguirmos juntar todos os intervenientes, temos vários pontos de vista para termos outras perceções e apresentar sugestões de medidas para melhorar a política educativa”,* afirmou.

## Já Pedro Barreiros

explicou que “o objetivo é debater, apoiar estudos e investigação e fazer o acompanhamento diário de casos que forem surgindo. Com a consciência de que muitos casos de violência e indisciplina não saem da sala de aula ou dos muros da escola. Depois, queremos apresentar os resultados desses estudos e dessa investigação a quem de direito: ao Ministério da Educação, ao Ministério da Administração Interna, eventualmente ao Ministério do Trabalho, à PSP, para que possam ter mais instrumentos para agirem em conformidade. Desde 2010 que apresentamos ao Ministério dados sobre este tema”, disse.



O Secretário-Geral da FNE comentou ainda sobre um aumento de violência e de indisciplina nas escolas, sobretudo depois do período de pandemia. Garante que tentaram, de várias formas, alertar o Ministério da Educação para o problema, mas sem sucesso. “O Ministério da Educação nunca nos deu resposta, apresentei o desafio de podermos criar um observatório ao João Dias da Silva, da AFJET, e já temos a garantia da colaboração da ANDAEP, da CONFAP, do IAC e da Ordem dos Psicólogos. Queremos envolver mais organizações. Na verdade, queremos alargar isto o mais possível. Trata-se de ter uma atitude proativa e ter instrumentos necessários para que possamos agir e prevenir”, acrescentou Pedro Barreiros.

Este **Observatório pretende** assim contribuir para que se promova nas nossas escolas um ambiente onde as crianças e os jovens possam aprender e os professores e os trabalhadores da educação possam realizar as suas tarefas educativas, em condições promotoras das aprendizagens, num contexto saudável e seguro.

## **Este Observatório terá por objetivos:**

- **Fazer o acompanhamento da qualidade da convivência escolar em Portugal;**
- **Proceder à análise de documentos ou estudos elaborados pelas mais diversas entidades que tenham por objeto todo o tipo de incidentes que interfiram na boa qualidade da convivência escolar;**
- **Lançar estudos de pesquisa sobre todo o tipo de incidentes que contribuam para perturbar a boa convivência escolar;**
- **Identificar estruturas/organizações/iniciativas que nas escolas estejam orientadas para o acompanhamento das situações de conflito em contexto escolar;**
- **Disponibilizar uma plataforma para recolha de relatos de incidentes que ocorram em ambiente escolar e que constituirão um acervo informativo de sustentação das sugestões de medidas de política educativa;**
- **Promover iniciativas que sirvam para que a temática da qualidade da convivência escolar seja enquadrada e melhor conhecida;**
- **Apresentar sugestões de medidas de política educativa que possam contribuir para melhorar a qualidade da convivência escolar, no sentido de se garantirem as melhores condições de trabalho favoráveis ao processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para o estabelecimento de normas que promovam ambientes seguros e saudáveis, com especial destaque para a tolerância zero em relação à indisciplina e a qualquer tipo de violência em contexto escolar;**
- **Desenvolver campanhas nacionais para uma tomada de consciência dos efeitos negativos provocados pela violência e pela indisciplina em contexto escolar.**



### **Este Observatório pretende**

ainda contribuir para que se promova nas nossas escolas um ambiente onde as crianças e os jovens possam aprender e os professores e os trabalhadores da educação possam realizar as suas tarefas num ambiente promotor das aprendizagens, saudável e seguro.

### **Este Observatório intervirá**

no sentido de serem adotadas medidas legislativas concretas de reconhecimento da autoridade dos docentes e trabalhadores de apoio educativo, as quais deverão penalizar as situações de transgressão das normas de respeito e de convivialidade adequadas, em relação a todos os profissionais da educação.

### **Este Observatório considera**

essencial o estabelecimento, em cada agrupamento de escolas, de equipas multidisciplinares para a convivência escolar e que integrem, para além de docentes afetos a esta área de intervenção, pelo menos um psicólogo, um assistente social e um educador social, às quais deverão incumbir tarefas de enquadramento dos alunos relativamente aos quais se registem intervenções disciplinares.

### **Este Observatório procurará**

contribuir para a melhoria da gestão da indisciplina nas salas de aula, no sentido de minimizar os efeitos que provoca, para além do tempo que gasta, destabilizando o clima interno da aula, reduzindo o tempo de ensino e ainda com consequências ao nível da insatisfação profissional, da saúde física e psíquica de docentes e trabalhadores de apoio educativo, e ainda no absentismo de todos estes trabalhadores, nomeadamente ao nível da atualização do Estatuto do Aluno.

## Este Observatório integrará

no âmbito da sua intervenção o bullying e o cyberbullying, os quais assumem hoje nas escolas uma dimensão tal que não pode ser ignorada, uma vez que se traduzem em comportamentos dolorosos e de difícil controlo.

## Este Observatório considera

que as medidas de prevenção da violência são sempre eficazes, pelo que se devem incentivar as escolas a exercerem, com todos os seus membros, a determinação de medidas próprias de prevenção da indisciplina, assédio e de todas as formas de violência. O regulamento interno de cada escola deve assumir, deste modo, na sua conceção e na sua aplicação, um referencial seguro e claro para toda a comunidade escolar.

Por outro lado, e tendo em conta que o Código Penal enquadra as ofensas a docentes e a outros membros da comunidade escolar como crime público, impõe-se que o Ministério Público intervenha sempre com o máximo de celeridade em relação a todas as situações que cheguem ao seu conhecimento, para além de se agilizarem as respostas internas dos procedimentos disciplinares, devendo-se estudar a criação de mecanismos que permitam a efetiva aplicação da lei penal aos casos que surgem nas escolas.

Este Observatório será dirigido por um Conselho Diretivo, constituído por um coordenador e dois representantes de cada uma das entidades que o promovem. Este Conselho Diretivo elaborará o plano anual de atividades, promoverá a sua concretização e apresentará um relatório anual de atividades.

FNE/LUSA





fne

fne

fne

fne

fne

www.fne.pt

www.fne.pt

# Roteiro

Para a Legislatura  
2024-2028

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO | www.fne.pt



# FNE apresentou Roteiro para a legislatura 2024-2028

A FNE elaborou, como habitualmente em ocasião de eleições, o **“Roteiro para a Legislatura 2024 - 2028”**, no qual destaca as suas maiores preocupações relativas às políticas de Educação que o futuro Governo tem que ter em conta e demonstra a sua disponibilidade para um diálogo sério, efetivo e regular, que permita ultrapassar os grandes constrangimentos do setor.

A FNE recolheu centenas de sugestões e contributos, junto dos profissionais da educação, organizações, alunos e encarregados de educação, através da plataforma online que criou para esse efeito, das reuniões e plenários que os seus sindicatos realizaram com os profissionais da educação e nas reuniões dos seus órgãos, para um documento que apela a uma maior participação das organizações sindicais no processo de decisão, destacando a valorização do diálogo e da concertação social como forma decisiva de valorização das próprias carreiras de todos os profissionais da educação.



## **A FNE continuará a defender:**

- Uma educação de qualidade, inclusiva e com equidade, entendida como um direito humano, que deve ser disponibilizada como serviço público gratuito a todas e a todos, ao longo da vida;
- Carreiras reconhecidas, dignificadas e valorizadas para todos os Trabalhadores da Educação, Docentes e Pessoal de Apoio Educativo, como motor de progresso do país e de incentivo a práticas profissionais empenhadas e de elevados padrões de exigência.
- Um estatuto social elevado e valorizado para todos os profissionais da educação;

**Através deste roteiro, a FNE manifesta a sua total abertura para o diálogo, partilha de opinião e de expectativas em relação ao desenvolvimento das políticas educativas relativas a temas como:**

- a recuperação do tempo de serviço;
- a falta de professores;
- a necessidade de rejuvenescimento do corpo docente;
- a promoção da educação inclusiva;
- a redução da componente letiva;
- a revisão do regime de Mobilidade por Doença;
- o reconhecimento dos docentes do Ensino Português no Estrangeiro;
- a equiparação do topo da carreira docente aos quadros técnicos superiores;
- a valorização do pessoal de apoio educativo através do reconhecimento dos seus conteúdos funcionais específicos;
- a eliminação dos fatores de instabilidade e precariedade nas escolas na próxima legislatura

são alguns dos pontos entre muitos outros que a FNE aguarda abertura de processos negociais pelo novo governo eleito a 10 de março.

A FNE não desistiu no passado de combater o que esteve errado e não desistirá agora de ser exigente para um futuro diferente da Educação em Portugal.



# Resoluções do Secretariado Nacional visaram respostas imediatas do novo governo

O Secretariado Nacional da FNE reuniu a 15 de março de 2024, em formato híbrido, e aprovou por unanimidade três resoluções que reforçam a necessidade de uma resposta célere, eficaz e negociada por parte do novo governo aos problemas mais urgentes que afetam a Educação. As três resoluções visam o momento presente, mas também e já a preparação do próximo ano letivo.

## **Resolução:** **“A EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE NACIONAL”**

A Educação é fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo, bem como para o progresso social, cultural, ambiental e económico do país, pelo que não é aceitável que o sistema educativo português seja afetado por sucessivas crises, com impacto negativo na qualidade do ensino e aprendizagem e na satisfação profissional dos Docentes e do Pessoal de Apoio Educativo. Por isso, a FNE reforça a necessidade de uma resposta célere, eficaz e negociada aos problemas mais urgentes que afetam a Educação.

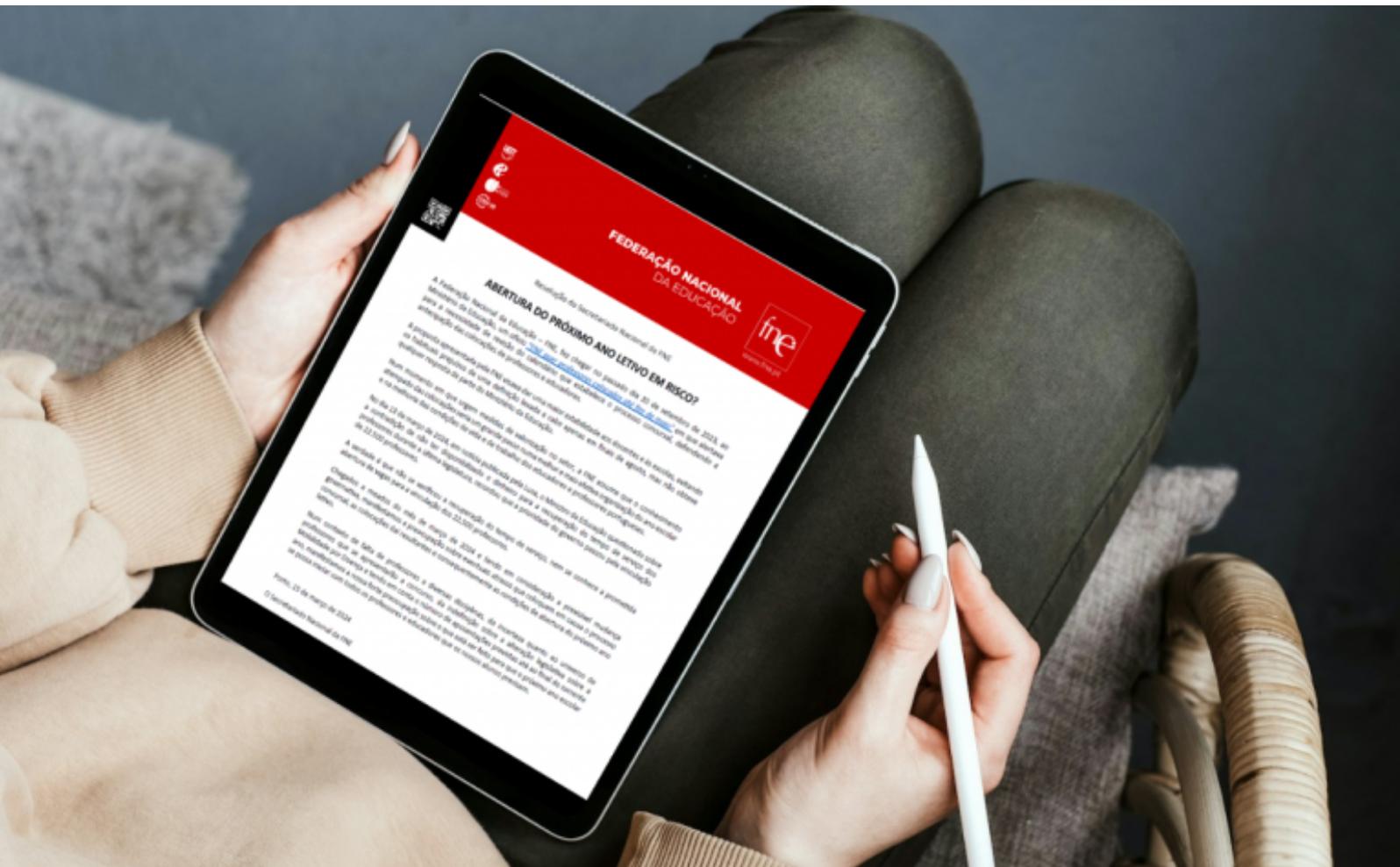
A FNE, como representante dos profissionais da educação, quer ser parte ativa e mostra-se interessada na aposta de um diálogo construtivo com o Governo, tendo em vista a construção de um sistema educativo de qualidade e a resolução urgente dos principais problemas que o afetam, pelo que exigirá, do novo Governo, a consideração da Educação como uma prioridade nacional, alocando os recursos humanos e financeiros necessários para garantir o seu bom funcionamento, relativos ao Sistema Educativo, Docentes, Ensino Superior, Investigação e Ciência, Ensino Português no Estrangeiro e Pessoal de Apoio Educativo.

## Resolução: “ABERTURA DO PRÓXIMO ANO LETIVO EM RISCO?”

Num momento em que urgem medidas de valorização no setor, a FNE assume que o conhecimento atempado das colocações seria um grande passo numa melhor e mais efetiva organização do ano escolar e na melhoria das condições de vida e de trabalho dos educadores e professores portugueses.

Chegados a meados do mês de março de 2024, e tendo em consideração a previsível mudança governativa, a FNE manifesta a sua preocupação sobre eventuais atrasos que coloquem em causa o processo concursal, as colocações daí resultantes e consequentemente as condições de abertura do próximo ano letivo.

Num contexto de falta de professores a diversas disciplinas, da incerteza quanto ao universo de professores que manifestarão interesse, da indefinição sobre a alteração legislativa sobre a Mobilidade por Doença e tendo em conta o número de aposentações previstas até ao final do corrente ano, a FNE manifesta uma forte preocupação sobre o que está a ser feito para que o próximo ano escolar se possa iniciar com todos os professores e educadores que os nossos alunos e escolas precisam.



# Resolução: “FNE ALERTA PARA A IMPORTÂNCIA DO PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO NA PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE”

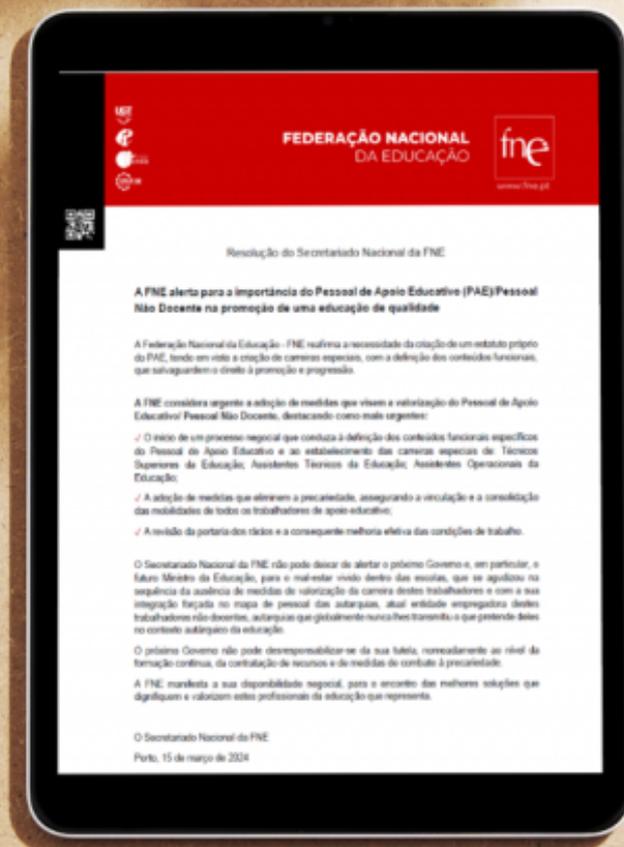
A FNE considera urgente a adoção de medidas que visem a valorização do Pessoal de Apoio Educativo/ Pessoal Não Docente, destacando como mais urgentes:

- ✓ O início de um processo negocial que conduza à definição dos conteúdos funcionais específicos do Pessoal de Apoio Educativo e ao estabelecimento das carreiras especiais de: Técnicos Superiores da Educação, Assistentes Técnicos da Educação e Assistentes Operacionais da Educação;
- ✓ A adoção de medidas que eliminem a precariedade, assegurando a vinculação

e a consolidação das mobilidades de todos os trabalhadores de apoio educativo;

- ✓ A revisão da portaria dos rácios e a consequente melhoria efetiva das condições de trabalho.

Recolhendo para o efeito centenas de contributos, a FNE elaborou o seu **“Roteiro para a Legislatura 2024-2028”**, em que destaca as maiores preocupações relativas às políticas de Educação que o próximo Governo tem que ter em conta, demonstrando, desde já, a sua disponibilidade para um diálogo sério e responsável, que permita ultrapassar os problemas identificados.





# Conselho Geral alertou para os problemas mais urgentes que afetam a Educação

No dia seguinte, 16 de março de 2024, desta feita em Coimbra e em modo presencial, decorreu o Conselho Geral da FNE que aprovou por unanimidade o Relatório de Atividades 2023 e enalteceu o trabalho e ação desenvolvida no último ano.

Referir, adicionalmente, que as três resoluções aprovadas pelo secretariado nacional da FNE, mereceram o apoio e reforço do Conselho Geral. Os conselheiros apresentaram, ainda, outras preocupações, tais como:

✓ Cumprimento dos compromissos assumidos pelos partidos políticos na campanha eleitoral;

- ✓ Recuperação do tempo de serviço (tempo perdido nas diversas reestruturações da carreira que deram origem a perdas adicionais e ultrapassagens na carreira)
- ✓ Pagamento das deslocações;
- ✓ Condições de trabalho e do bem-estar profissional;
- ✓ Art. 79º ECD - não reduz efetivamente o tempo de trabalho docente;
- ✓ Atratividade da profissão docente;
- ✓ Indisciplina e violência em contexto escolar;
- ✓ Apoio a alunos estrangeiros
- ✓ Regime de monodocência;
- ✓ Investimento na Educação
- ✓ Implicações da mudança geracional na profissão docente.

As reuniões de Secretariado Nacional e do Conselho Geral da FNE reforçaram deste modo a necessidade de uma resposta célere, eficaz e negociada por parte do novo governo aos problemas mais urgentes que afetam a Educação no momento presente e no que virá.



# A Educação como prioridade nacional

A Federação Nacional da Educação (FNE) defende, com convicção, que a Educação e a Formação devem ser o pilar central das políticas públicas do próximo Governo. Esta visão assenta na inegável importância da Educação como motor do progresso económico, social e ambiental, assegurando um futuro próspero e sustentável para Portugal.

Para concretizar este desiderato, é fundamental garantir um **financiamento adequado à Educação**, elevando o investimento para, pelo menos, 6% do Produto Interno Bruto (PIB) até ao final da Legislatura. Esta verba crucial permitirá o desenvolvimento equilibrado de todos os setores educativos, desde a educação para a infância até ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida, incluindo as diversas ofertas formativas e o Ensino Português no Estrangeiro, especialmente direcionado às comunidades de emigrantes.

A **valorização de todos os profissionais da Educação**, docentes e Pessoal de Apoio Educativo, é outro pilar fundamental para o sucesso do sistema educativo.

É inadmissível a contínua degradação das suas condições de trabalho, nomeadamente no que concerne à remuneração. A FNE denuncia a perda de poder de compra dos docentes e técnicos superiores, que ronda os 25% a 30%, e a realidade de muitos trabalhadores nas escolas que auferem salários próximos do mínimo nacional, sem perspetivas de progressão na carreira.

É urgente inverter esta tendência de desvalorização, reconhecendo o **papel crucial dos profissionais da educação na formação das futuras gerações**. O próximo Governo deve assumir o compromisso de recuperar o poder de compra dos educadores, através da atualização dos seus índices remuneratórios.

**Consolidar a Educação como prioridade nacional** exige um investimento significativo e uma política de valorização dos profissionais que a integram. A FNE apela ao próximo Governo para que assuma este compromisso com o futuro de Portugal.

**Com o novo Governo, é hora de agir: priorizar soluções urgentes para a Educação**

A entrada em funções do novo Governo representa uma oportunidade única para abordar de forma rápida e eficaz os problemas mais urgentes que afetam a Educação em Portugal. A FNE apela à rápida implementação de processos negociais que visem a resolução célere dos seguintes desafios:

## **Sistema Educativo**

- ✓ Iniciar uma trajetória de crescimento do peso da Educação no Orçamento de Estado, no sentido de se atingirem os 6% do PIB até ao final da Legislatura;
- ✓ Preparar atempada e adequadamente o lançamento do ano letivo 2024/2025;
- ✓ Reforçar as medidas de prevenção da indisciplina e da violência em contexto escolar;
- ✓ Eliminar todos os procedimentos burocráticos.

## **Docentes**

- ✓ Iniciar um processo negocial que integre de uma forma articulada as medidas que visem o rejuvenescimento da carreira docente, promovendo a atratividade da profissão e determinando um regime especial de aposentação;
- ✓ Iniciar processos negociais que tenham por objetivo a valorização da carreira docente, integrando:
  - Mecanismos de consideração de todo o tempo de serviço prestado, incluindo o tempo perdido nas reestruturações de carreira, para efeitos de reposicionamento, desenvolvimento na carreira e aposentação;
  - Alteração do modelo de avaliação de desempenho, tornando-o transparente, justo e sem constrangimentos administrativos, como é o caso das quotas de atribuição das menções de Muito Bom e Excelente;
  - Eliminação do regime de vagas no acesso aos 5.º e 7.º escalões;
  - Redução da componente letiva e distinção clara entre as componentes letiva e não letiva;
  - Alteração do Regime de Mobilidade por Doença;
  - Eliminação dos fatores de instabilidade e precariedade presentes no regime de concursos;
  - Criação de apoios fiscais e outros que minimizem os encargos com o exercício da profissão;
  - Diminuição da burocracia e da sobrecarga de trabalho;
  - Reposição da equiparação do topo da carreira docente ao topo da carreira técnica superior.

## Ensino Superior e Ciência

- ✓ Eliminar a existência de vínculos precários dos docentes e outro pessoal nas IES;
- ✓ Valorizar as carreiras de investigação, eliminando todos os fatores de precariedade;
- ✓ Assumir um compromisso de reforço da dotação orçamental.

## Ensino Português no Estrangeiro

- ✓ Início de processo negocial que vise a revisão do Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro, que determine uma efetiva oferta formativa gratuita para todos;
- ✓ Revalorização dos índices remuneratórios.

## Pessoal de Apoio Educativo

- ✓ Negociação que conduza à definição dos conteúdos funcionais específicos do Pessoal de Apoio Educativo e ao estabelecimento das carreiras especiais: Técnicos Superiores da Educação; Assistentes Técnicos da Educação; Assistentes Operacionais da Educação;
- ✓ Adoção de medidas que eliminem a precariedade, assegurando a vinculação e a consolidação das mobilidades dos trabalhadores de apoio educativo;
- ✓ A revisão da portaria dos rácios e a consequente melhoria efetiva das condições de trabalho.

A FNE elaborou, recolhendo centenas de contributos, o **“Roteiro para a Legislatura 2024 - 2028”**, em que destaca as maiores preocupações relativas às políticas de Educação que o próximo Governo tem que ter em conta e demonstra, desde já, a sua disponibilidade para um diálogo sério, que permita ultrapassar os problemas identificados.

**A FNE será a voz da Esperança por um futuro melhor na Educação.**



# A valorização da carreira docente como solução para a falta de professores

**Para a FNE, aprofundar a crise com medidas paliativas não é a resposta.**

Por isso, a 6 dias das eleições, a Federação emitiu um comunicado às redações em que alertava que "a falta de professores no sistema educativo português é um problema sério que exige soluções estruturais e de longo prazo. Recorrer ao regresso de professores aposentados, como ouvimos ter sido sugerido, não resolve a questão de fundo e pode até aprofundar a crise no futuro".

**Investir na juventude e na atratividade da profissão docente é a chave para o sucesso, diz a FNE.**



É necessário apostar no rejuvenescimento da carreira docente, tornando-a mais atrativa para as novas gerações e isso passa inevitavelmente por:

### **. Valorização salarial e reconhecimento profissional:**

A carreira docente deve ser digna e oferecer perspectivas de progressão salarial e reconhecimento profissional, devendo ser urgentemente resolvidas as ultrapassagens na carreira e a contabilização de todo o tempo de serviço prestado.

### **. Melhores condições de trabalho:**

É fundamental garantir aos professores um ambiente de trabalho propício à aprendizagem e à inovação, com menos burocracia e mais tempo para se dedicar à sua missão.

### **. Desenvolvimento profissional contínuo:**

Os professores devem ter acesso e tempo específico para frequentar a formação de qualidade que lhes permita acompanhar as mudanças na sociedade e nas metodologias de ensino.

### **. Avaliação de desempenho justa e transparente:**

A avaliação de desempenho deve ser um instrumento de apoio à melhoria das práticas pedagógicas, sem ser punitiva ou desmotivadora.

## **Investir na educação é investir no futuro do país.**

Um sistema educativo de qualidade é fundamental para o desenvolvimento económico, cultural e social de Portugal. É por isso que urge tomar medidas concretas para resolver a falta de professores e garantir que todos os alunos têm acesso a um ensino de qualidade e a todos os professores que precisam.

**As medidas de valorização da carreira docente são um investimento no futuro.**



# Número de vagas nos quadros para professores não cobre as necessidades

**A FNE assinalou a publicação da Portaria que fixa a dotação de vagas para os concursos interno e externo dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e dos quadros de zona pedagógica, para o ano escolar 2024/2025.**

Para a FNE, constata-se a existência de mais de 20 mil vagas para lugares de quadro de Escola/Agrupamento, número significativo, mas que, no entendimento da FNE, fica ainda muito aquém das necessidades das escolas.

Regista ainda a FNE também a abertura de mais de 7 mil vagas para quadros de zona pedagógica (QZP), mais em concreto 7077 vagas, para os docentes que reúnem os requisitos para vincular, quer ao abrigo da designada norma travão, quer ao abrigo da vinculação dinâmica.

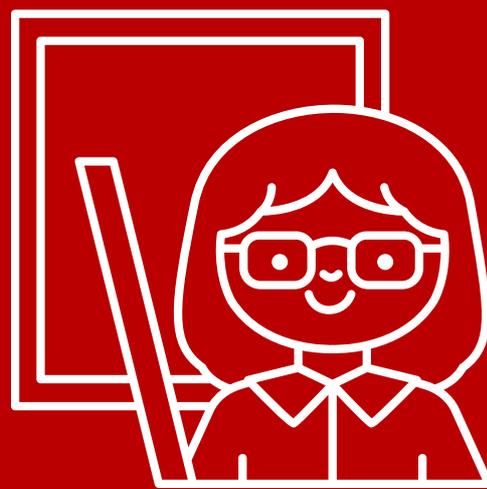
Representando estes números um avanço quando comparados com anos anteriores, a FNE considera que não são os suficientes para responder às reais necessidades das escolas.

**Falta, no entender da FNE, reconhecer a necessidade de mais professores para garantir um sistema capaz de dar resposta às necessidades atuais, nomeadamente em termos de assegurar os recursos necessários para:**

- **uma eficaz recuperação das aprendizagens prejudicadas pelas interrupções da normalidade inerentes à pandemia do COVID-19, nos vários ciclos da escolaridade obrigatória;**
- **o importante afluxo de estudantes estrangeiros, provenientes dos ciclos migratórios;**
- **uma redução do número máximo de alunos por turma que potencie a implementação de estratégias promotoras de sucesso para todos;**
- **o desdobramento de turmas em aulas de carácter prático/experimental no sentido de potenciar um desenvolvimento científico e tecnológico capaz de elevar as competências dos nossos alunos nas áreas de STEAM.**

Todos os dias se verifica um crescendo de alunos sem professores, obrigando as Escolas a recorrer a candidatos sem habilitação profissional.

Por outro lado, todos os indicadores internacionais apontam para uma necessidade de reforço das aprendizagens e do apoio a essas mesmas aprendizagens, pelo que é, para a FNE, necessário dotar as escolas dos recursos indispensáveis ao cumprimento da sua missão e infelizmente esta abertura de vagas ainda não responde a estes desafios.



# FNE garante defesa dos trabalhadores do Setor Mutualista



**A FNE, no âmbito de uma Frente Sindical da UGT (FSUGT), concluiu no passado dia 8 de março de 2024, mais um acordo de revisão do contrato coletivo de trabalho com a União das Mutualidades Portuguesas (UMP).**

Este acordo, com ganhos positivos para a generalidade dos trabalhadores ao serviço das mutualidades portuguesas, assegura uma valorização global das suas remunerações acima dos 5% com efeitos retroativos a 1 de janeiro do presente ano de 2024.

A FNE, e os sindicatos da UGT que assinaram este acordo, conseguiram ainda novas conquistas, entre elas, uma valorização significativa de cerca de 6% da remuneração dos educadores de infância que se encontram nos primeiros níveis da carreira, o incremento de mais duas diuturnidades no tempo de serviço prestado e um aumento expressivo de 8% no valor de cada diuturnidade.

Esta revisão constitui um aspeto positivo de reconhecimento da experiência profissional associada à antiguidade do trabalhador, ao longo de toda a sua carreira, bem como a valorização da carreira dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica e a subida para 6 € do valor do subsídio de alimentação.

A FNE não esconde a dificuldade que, ano após ano, sente quando negocia, com todo o setor da economia social, as matérias de ordem pecuniária, muito por causa dos apoios insuficientes que o Estado disponibiliza no âmbito dos acordos de cooperação para o setor.

Apesar do Estado ter a responsabilidade de assegurar respostas sociais no âmbito da segurança social, o apoio às parcerias que estabelece não tem acompanhado a necessidade, cada vez maior, de valorizar e reconhecer a dignidade do trabalho que é desenvolvido por cerca de 300 mil trabalhadores do setor da economia social.

A FNE e os sindicatos da UGT têm chamado a atenção para a necessidade urgente de se aproximar os salários do setor social e solidário à média dos salários da economia nacional e insistem na defesa de que futuros acordos de cooperação terão, obrigatoriamente, que conter exigências quanto às verbas destinadas à valorização das carreiras dos trabalhadores deste setor.

Concluída esta negociação com a União das Mutualidades Portuguesas, a FNE reforça a sua capacidade de intervir ativamente num dos pilares fundamentais de progresso social, que é a negociação coletiva, com a certeza de que este acordo não é um processo acabado.

Pelo contrário, é um processo dinâmico e progressivo que, anualmente, persegue objetivos de melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores que representa e de todos aqueles que individualmente decidem aderir ao contrato coletivo de trabalho que agora foi negociado e acordado.



## Declarações:

### **José Ricardo Coelho, Secretário-Geral Adjunto da FNE**

*“Este acordo valoriza a negociação coletiva, valoriza o diálogo bipartido entre empregadores e sindicatos e promove um reforço das relações de trabalho dentro das mutualidades portuguesas”.*

### **Luís Alberto Silva, Presidente da UMP**

*“A revisão desta convenção atende muitas das preocupações da agenda do trabalho digno. É uma expressão tangível do nosso empenho em valorizar o trabalho, criar condições atrativas para a entrada de jovens nas mutualidades, proporcionar um ambiente que retenha talento e, acima de tudo, reconhecer o compromisso exemplar dos nossos trabalhadores com a missão e valores das mutualidades”.*

### **Mário Mourão, Secretário-Geral da UGT**

*“Terão o meu compromisso: na Concertação Social, não esqueceremos este setor tão importante que a nossa sociedade tem, que é a Economia Social”*



**GALERIA  
DE FOTOS**



# FNE propôs cancelamento das Provas de Aferição e Provas Finais em Suporte Informático

A FNE avançou na manhã de 26 de março com o envio de um ofício ao Ministério da Educação a solicitar o cancelamento das Provas Finais e de Aferição em suporte informático, agendadas para dali a cerca de um mês.

A FNE reconheceu - mesmo numa altura de transição entre governos - a importância de manter a estabilidade no sistema educativo. No entanto, para a FNE, a realização das provas de aferição em suporte informático coloca em risco essa mesma estabilidade, devido a diversos constrangimentos que afetam tanto alunos como professores.

**Há falta de computadores, assim como problemas com internet e de apoio técnico a que se juntam os prejuízos para alunos e professores ao nível do aumento do stresse e ansiedade, da desigualdade de oportunidades e da perda de tempo letivo, referiu a Federação em comunicado.**

Por isso a FNE reforçou junto da tutela esta posição e recordou que **os próprios diretores das escolas** têm manifestado a sua preocupação com as condições precárias para a realização das provas digitais, apelando ao regresso às provas em papel.

A FNE propôs então o cancelamento das provas de aferição em suporte informático e a sua realização em suporte de papel, de forma a garantir a igualdade de oportunidades para todos os alunos pois acreditamos que o cancelamento das provas de aferição em suporte informático é a medida mais sensata neste momento.

Esta decisão permitirá salvaguardar o bem-estar dos alunos e professores, garantir a justiça e equidade no processo de avaliação e evitar a perda de tempo letivo.

**A FNE confia que o próximo Governo irá ponderar este pedido com a devida atenção e tomar a decisão mais adequada para os interesses do nosso sistema de ensino.**



8 DE MARÇO DE 2024 | 15H30 - 18H30

Auditório do SPZN  
Rua de Costa Cabral, 1035 - Porto

Transmissão online zoom



SEMINÁRIO

# Desigualdade de género e insucesso escolar



Dia Internacional da Mulher

Março



**Anabela Serrão**

IAVE - coordenadora nacional dos estudos internacionais



**Alina Vaz**

FNE - Secretária-Nacional



**Álvaro Santos**

AFIET - Vogal da Direção



**Joaquim Santos**

AFIET - Vogal da Direção





Dia Internacional da Mulher:

## **Feminização da educação não afeta a qualidade e é pouco relevante no desempenho escolar**

Numa data em que o mundo celebrava mais um Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 2024, a Federação Nacional da Educação - FNE e a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho - AFIET promoveram o seminário "Desigualdade de género e insucesso escolar", englobado nas celebrações deste dia.

O seminário decorreu na sede do Sindicato dos Professores da Zona Norte - SPZN, no Porto e online, via zoom, contando com Anabela Serrão, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Avaliação Educativa - IAVE, como oradora convidada para uma ação que teve ainda as participações de Álvaro Almeida Santos e Joaquim Santos e a moderação de Isabel Arribança - todos da AFIET.

João Dias da Silva, Presidente da AFJET, fez as honras da abertura relembrando a importância da celebração deste dia para as mulheres de todo o mundo, citando os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, em particular o objetivo 5, que se refere à igualdade de género. O líder da AFJET lançou a apresentação de Anabela Serrão, recordando a brilhante prestação desta no Seminário FNE/AFJET de 24 de janeiro último, no Dia Internacional da Educação.



Anabela Serrão apresentou uma comunicação sobre “(Des)igualdades de género e (in)sucesso escolar”. A representante do IAVE conjugou dados diversificados para esta iniciativa, que permitiram identificar diferentes perspetivas sobre o género e a escola, ao nível dos matriculados por nível de ensino, da taxa de conclusão no ensino secundário e no acesso ao ensino superior.

## Leitura a favor das raparigas

Os primeiros números convocados resultam de vários estudos comparativos internacionais, como o TIMMS, o PIRLS e o PISA, e sublinham que as raparigas apresentam, em média, melhor desempenho do que os rapazes na literacia de leitura e que os rapazes têm um melhor desempenho na literacia matemática.

Anabela Serrão frisou que desde a década de 90 se verifica um aumento das mulheres que frequentam o ensino secundário, assim como o ensino superior. Depois sublinhou outros dados tais como o facto de as taxas de conclusão do ensino secundário superior para as raparigas serem geralmente mais elevadas do que para os rapazes, em todos os países.

Outro dado diz-nos que em Portugal a diferença de género entre os diplomados é de 5% nos cursos gerais e de 13% nos cursos profissionais.

A percentagem de mulheres entre os novos alunos que ingressam no ensino superior de ciclo curto é inferior à média da OCDE (PT 37%, OCDE 53%).

Voltando às literacias de leitura e matemática, nota-se que em Portugal existe uma clara diferença entre raparigas e rapazes, sendo que na leitura as diferenças de género em Portugal são no mesmo sentido que a média internacional (a favor das raparigas), mas menores. Já na matemática, as diferenças de género em Portugal são idênticas à média internacional (a favor dos rapazes), mas muito superiores.

A concluir, a oradora deixou à plateia o desafio de cada um perceber que impressões têm dos resultados para entender que falamos de desigualdades ou de promoção de igualdade no sistema de ensino e nas outras áreas da sociedade.



## A perspetiva da gestão e administração escolar

Álvaro Almeida Santos foi o segundo interveniente. O seu tema foco foi "A perspetiva da gestão e administração escolar". Apoiando-se na sua experiência de muitos anos como diretor de escola, discorreu uma apresentação mais do ponto de vista histórico-sociológico. Após uma contextualização sobre a descida da taxa de analfabetismo ao longo do tempo, em Portugal, algo considerado por Álvaro Santos "fundamental para o progresso", relacionou os números das taxas real e bruta de escolarização no ensino secundário, que nos permite perceber como existiu uma evolução positiva neste setor da educação.

O processo multifatorial ligado ao abandono escolar, e os números que daí advinham, mostravam um contexto social diferente, que levava a números de insucesso muito mais elevado que a passagem dos anos trouxe, verificando-se mais tarde os melhores resultados em termos de género das mulheres, sendo muito necessário, segundo Álvaro Santos, envolver as famílias na escola, com os filhos de ex-alunos a serem um referencial para se perceber as melhorias na aprendizagem. Formas de valorizar pontos fortes e promover o bem-estar? Para Álvaro Santos isso atinge-se com confiança, criatividade, autocontrolo ou sentimento de pertença à escola.



## Uma perspetiva Internacional

Coube a Joaquim Santos fechar o lote de intervenções de convidados, abrindo essa participação que se focava na "Perspetiva Internacional" relembrando a diferença entre sexo e género: o termo sexo refere-se às características biológicas e fisiológicas com que diferenciamos homens das mulheres (OMS, 2009) e o termo género refere-se aos atributos e às oportunidades económicas, sociais, políticas e culturais associadas ao ser-se homem ou ser-se mulher.



Joaquim Santos, ainda numa fase inicial da sua intervenção, lembrou, que ao nível global, as Nações Unidas defendem a desigualdade de género nos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O ODS 5 tem como objetivo "Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas, através da promoção dos direitos da mulher, da emancipação económica e da redução da pobreza".

Por isso a equidade de género e a educação são considerados essenciais para o Desenvolvimento Sustentável do planeta, em todos os aspetos.

Tais questões são tão importantes que integram a Agenda 2030 da ONU, não apenas como diferentes objetivos, mas também como aceleradores, para que possamos alcançar todos os outros 16 objetivos da Agenda, incluindo o ODS 4, que é a Educação.

Ademais, a Recomendação 4 do Painel de Alto Nível da ONU para a Profissão Docente (26 de fevereiro de 2024) é sobre o Género, Equidade e Diversidade e refere muito claramente que "Todos os Governos devem adotar estratégias para a inclusão e a diversidade, incluindo políticas que visam a igualdade de género, tais como atrair professores do sexo masculino na primeira infância e nos níveis primários, garantir o desenvolvimento profissional e a mobilidade ascendente para as professoras e atrair mulheres para a área STEM: ciência, tecnologia, engenharia e matemática".



Segundo Joaquim Santos, as desigualdades de género persistem a nível global e dados da União Europeia - UE (incluindo da Rede Eurydice), do Fórum Económico Mundial, da OCDE, entre outros, comprovam-no. Ao nível da educação, segundo o Instituto Europeu para a Igualdade de Género – EIGE, este é um dos objetivos fundamentais da política europeia. Com 70,2 pontos em 100, a UE ainda tem muito a fazer para alcançar a igualdade de género.

A pontuação atual da UE representa uma melhoria moderada de 1,6 pontos em comparação com a edição anterior do Índice. Por enquanto, as mulheres licenciadas continuam a ter mais dificuldade do que os homens com idêntica formação em arranjar emprego ao nível das suas qualificações.

E entre os licenciados, os homens continuam a ser majoritários nas áreas STEM.

Já ao nível de salários a nível internacional, e sustentado em dados oficiais da UE, Joaquim Santos referiu que as mulheres ganham aproximadamente 20% menos que os homens e, ao ritmo atual, serão necessários 257 anos para alcançar salários iguais para trabalho igual. Colmatar esta lacuna requer um esforço concertado para aumentar a transparência salarial, combater a segregação profissional, melhorar o equilíbrio entre vida profissional e pessoal, melhorar a proteção social e salários mínimos justos.

## Mulheres ganham menos 20% que os homens

Citando um artigo de Maria Helena Santos (revista "ex aequo", de 2017), "É, pois, essencial ir à origem do problema e apostar muito cedo na desconstrução dos estereótipos de género nas áreas da educação e da formação", sendo que em Portugal, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) criou 4 guiões de Educação, Género e Cidadania (Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º ciclos) e desenvolveu ações de formação de docentes e de intervenção em escolas-piloto. Já ao nível do insucesso escolar, a investigação comprova que a «feminização» da educação não afeta a qualidade e é pouco relevante no desempenho escolar.

Este membro da AFJET deu um grande destaque à publicação "As Diferenças de Género nos Resultados Escolares: estudo sobre as medidas tomadas e a situação atual na Europa", da rede europeia Eurydice (2010), que apresenta sete grandes conclusões, ainda hoje válidas no contexto internacional:

a investigação sobre género e educação salienta a importância dos estereótipos de género; o género é apenas um dos fatores que afeta o aproveitamento escolar; a desigualdade de géneros é em muitos países uma preocupação, mas continuam a faltar políticas globais; o currículo deve levar em conta a orientação e o contexto escolar para combater os estereótipos de género.

A acrescentar aos pontos anteriores, as políticas que visam fazer face às diferenças de género nos resultados escolares centram-se, principalmente, no fraco aproveitamento escolar dos rapazes e as políticas de igualdade de género no ensino superior centram-se, principalmente, na segregação horizontal.

Por oposição, a segregação vertical refere-se ao fenómeno das mulheres que concluíram o ensino superior estarem em maior número que os homens, mas estarem sub-representadas ao nível do doutoramento, e de haver um número ainda menor de mulheres entre os quadros superiores das universidades. A segregação vertical refere-se, pois, à sub-representação das mulheres nos níveis superiores da hierarquia profissional.





Referindo-se à OCDE, Joaquim Santos citou dados do Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos (PIAAC), do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) e do TALIS de 2018. A igualdade de género na educação é uma questão de justiça social, de criação de oportunidades e de exercício da liberdade. É crucial para o desenvolvimento sustentável, para sociedades pacíficas, para o bem-estar individual e para a macroeconomia. No geral, os rapazes têm mais probabilidades do que as raparigas de não atingirem um nível básico de proficiência em leitura, matemática e ciências.

Em jeito de conclusão, Joaquim Santos referiu que apenas alguns países procederam ao desenvolvimento de programas especiais com vista à melhoria das competências de leitura por parte dos rapazes e do aproveitamento escolar das raparigas em ciências e matemática. A profissão docente é maioritariamente feminina nos primeiros níveis da educação. As estratégias que visam atrair mais homens para a docência, no ensino obrigatório, continuam a ser esporádicas e as políticas relativas à formação de docentes não têm especificamente em conta a questão do género.

## Pedro Barreiros: "Mais intervenção para as mulheres"

Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, fez o encerramento desta iniciativa, reforçando que "as práticas do dia a dia e os contextos em que vivemos, permitem-nos chegar a conclusões. E por isso é preciso olhar e ver o papel que as mulheres têm dentro das nossas organizações. É preciso e necessário que as mulheres tenham um maior espaço de intervenção. Nada proíbe a participação maior da mulher, mas sabemos que o papel da mulher na sociedade ao nível familiar, por exemplo, limita o tempo para algo mais. Era importante que, além deste dia, fossemos mais consistentes nos restantes dias do ano, a debater este tema e outros afins".

**Este seminário foi a forma de a FNE e a AFJET se associarem ao Dia Internacional da Mulher, celebrado pela ONU desde 1975, e que este ano escolheu como tema das celebrações "Investir nas mulheres: Acelerar o progresso". Debater a problemática das desigualdades de género e os insucessos escolares é uma forma diferente de o celebrar.**

**Este seminário foi reconhecido como Ação de Curta Duração de três horas, nos termos do Despacho nº 57441/2015, de 29 de maio.**



Dia Internacional da Mulher



GALERIA DE FOTOS



# DIA INTERNACIONAL DA FLORESTA



AFIET



WEBINÁRIO  
21 MARÇO 2024 | 18:00-19:00

# A floresta

DESAFIOS E OPORTUNIDADES



## MÁRIO DE OLIVEIRA

Investigador e Professor Adjunto da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do I.P. Leiria, LEIEA, CI&DEI, ESECS, Politécnico de Leiria, Portugal



POLITÉCNICO  
DE LEIRIA

ESCOLA SUPERIOR  
DE EDUCAÇÃO  
E CIÊNCIAS SOCIAIS

LEIEA



## Mário de Oliveira em Webinário FNE/AFIET **"Uma árvore é um apartamento para dezenas de espécies"**

A FNE e a Associação Para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET) celebraram, a 21 março de 2024, o Dia Internacional da Floresta com um webinário alusivo ao tema "Floresta - desafios e oportunidades", inserido no projeto das duas organizações "Educação para o Ambiente".

Mário de Oliveira, Investigador e Professor Adjunto da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do Politécnico de Leiria, foi o orador convidado e José Ricardo Coelho (AFIET) assegurou a moderação.

Depois de uma breve apresentação do convidado, José Ricardo Coelho lançou o tema, com Mário de Oliveira a abrir a sua apresentação através da definição e evolução histórica da Floresta e do Dia da Árvore, a nível internacional e em Portugal.

O Professor do Politécnico de Leiria apresentou então as várias simbologias que a árvore e a floresta podem ter a níveis do sagrado, do conhecimento ou de lendas, seguindo-se a marca sobre a primeira data em que foi celebrado o Dia Mundial da Árvore: 10 de abril de 1872, no Nebraska, EUA, sendo que apenas em 1971 o dia 21 de março foi instituído como Dia Mundial da Árvore.

A nível nacional a primeira celebração deste dia deu-se a 26 maio de 1907, na altura como "Festa da Árvore", feita por crianças e proibida a católicos, sendo que a partir de 1908 e até 1912 foi dinamizado o dia em todas as escolas com o Jornal "O Século Agrícola" a liderar as comemorações.

Entre 1918 e 1969 as comemorações foram interrompidas. Depois em 1970 comemorou-se o ano Europeu da Conservação da Natureza e a Liga para a Proteção da Natureza sensibilizaram o poder político para integrar nessas comemorações a celebração do Dia da Árvore. É então que desde 1974 comemoramos anualmente esse dia, designado oficialmente por Dia Mundial da Árvore / Dia Internacional das Florestas.

As várias árvores e grupos florestais que compõem os campos do nosso país foram o ponto seguinte apresentado por Mário de Oliveira, sublinhando ainda alguns casos específicos da zona de Leiria, que sofrem pela falta de limpeza e manutenção, mas nas águas (rios, ribeiras).

Em seguida falou-se da evolução da área de floresta em Portugal que entre 1860 e 2020 viveu um crescendo, tal como os eucaliptais. Em sentido contrário verificamos que os pinhais foram decrescendo. Mário de Oliveira trouxe depois à conversa a importância da floresta, lembrando que "uma árvore é um apartamento para dezenas de espécies", detalhando depois alguns serviços do ecossistema da floresta, tais como o suporte, a provisão, a regulação e as questões culturais e de recreio.

As agressões à floresta são em grande caso económicas, mas passam também, segundo Mário de Oliveira, pela eucaliptização, pela desflorestação, pela introdução de espécies exóticas e invasoras ou pela instalação de centrais fotovoltaicas e de centrais de biomassa, além, obviamente, dos incêndios. Anualmente 14M de campos de hectares de floresta são perdidos por desflorestação e 70M por incêndios.

Em termos de desafios é necessário mais e melhor investigação, certificação florestal, controlo e erradicação de espécies invasoras, mais e melhor sensibilização e educação ambiental, além do cumprimento dos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

José Ricardo Coelho lançou depois algumas questões que passaram em grande parte pela forma como está a decorrer a recuperação do Pinhal de Leiria, pós-incêndio de outubro de 2017. Mário de Oliveira assumiu que as pessoas da zona têm muita vontade de ajudar, que o incêndio teve um efeito de despertar muitas mentes para a importância do Pinhal, mas que ainda é preciso sensibilizar as pessoas para a questão da replantação.

Isto porque em muitos locais foram plantadas árvores quando era mais fácil deixar regenerar algumas das sementes que ainda restavam e retirar as espécies invasoras. A terminar, lembrou que, normalmente, quando há grandes incêndios existem picos de produção legislativa relacionada com os incêndios florestais, mas que a sua aplicação é muito reduzida.

A AFJET, a FNE e todos os seus Sindicatos filiados associaram-se a esta data e à proteção da floresta portuguesa, enquanto património natural, económico e cultural, que importa preservar, plantando no presente aquilo que podemos colher de bom no futuro.

Plante uma árvore, garanta o seu e o nosso futuro - o futuro do nosso planeta.

# DIA INTERNACIONAL DA FLORESTA



## FLORESTA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL



Federação Nacional da Educação



Associação de Fomento da Indústria da Educação - AFIET - Programa Educativo - Aprendizagem  
<https://indd.adobe.com/view/02965cc3-7942-48b0-8898-38a910997f5f> (Pg.19 a 29)

Centro de Ciência Viva da Floresta, em Proença-a-nova - <https://www.ccvfloresta.com/>

Tapada Nacional de Mafra - Programa pedagógico 2023/2024 - <https://tapadademafra.pt/escolas/>

LPN - Literacia para a floresta - <https://www.lpn.pt/pt/educacao/literacia-para-a-floresta>

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas - ICNF - Florestas, árvores e saúde das plantas -  
<https://www.lcnf.pt/oquefazemos/materiais/materiais-educativos/florestasearvores>

*A floresta*  
DESAFIOS E OPORTUNIDADES



**concurso nacional**  
2024

**o 10** Era uma vez...  
**De maio**

# REGULAMENTO DO CONCURSO

## TEMA: SER PROFESSOR COM A “CASA ÀS COSTAS”

A Federação Nacional da Educação- FNE e os seus Sindicatos promovem a edição de 2024 do Concurso "Era Uma Vez... o 1º de Maio", desafiando alunos, educadores e professores de todo o país a apresentar trabalhos alusivos ao Dia do Trabalhador e assumindo como tema para a edição deste ano “Ser Professor com a casa às costas”.

A iniciativa, que registou ao longo das suas sucessivas edições a participação de milhares de trabalhos, visa compreender e explorar, de modo criativo e artístico, o significado do 1º de Maio, reconhecer a solidariedade como valor fundamental e contribuir para o desenvolvimento da criatividade e da cidadania.

O regulamento do concurso pode ser consultado na página oficial e nas redes sociais da FNE e dos seus Sindicatos membros.

O Concurso “Era uma vez... o 1º de Maio” é um grande contributo educativo da FNE para o tratamento, nas escolas, do tema do Mundo do Trabalho, que é um dos cinco domínios da Educação para a Cidadania, com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade, contribuindo para as áreas de competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A primeira edição do Concurso “Era uma vez... o 1º de Maio” da FNE ocorreu em maio de 2003.

### Objetivos

- Compreender o dia 1º de maio como o Dia do Trabalhador;
- Desenvolver o conhecimento sobre o 1º de maio;
- Reconhecer a solidariedade como um valor fundamental da sociedade atual;
- Contribuir para o desenvolvimento da criatividade e da cidadania.

### Modalidades de Concursos e Condições de Participação

O concurso destina-se a alunos e docentes distribuídos pelos seguintes escalões:

| ALUNOS   | DOCENTES  |
|--|---|
| <p><b>1º escalão</b> (Pintura e/ou colagem)<br/>- Educação para a Infância</p> <p><b>2º escalão</b> (Pintura)<br/>- 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico</p> <p><b>3º escalão</b> (Pintura)<br/>- 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário</p> | <p><b>4º escalão</b> (Pintura)<br/>- Educadores e Professores</p> |

Os trabalhos do 1º escalão (Educação para a Infância) serão unicamente de pintura ou colagem e coletivos (turma ou jardim de infância).

Os trabalhos do 2º escalão (1º Ciclo do Ensino Básico), serão coletivos (turma ou escola)

Os trabalhos dos 3º e 4º escalões, serão de caráter individual.

Cada concorrente, turma ou jardim de infância/escola só pode concorrer com um trabalho.

Os trabalhos não devem ultrapassar o tamanho A3 e o suporte deverá ser papel/cartolina/cartão.

# ERA UMA VEZ... O 1º DE MAIO

## Prazos

O prazo de entrega dos trabalhos termina no dia 10 de abril de 2024.

## Entrega de trabalhos

Os trabalhos podem ser entregues diretamente ou enviados por correio para a sede da FNE no Porto (Rua Pereira Reis, 399, 4200-448 Porto).

(apenas serão avaliados os trabalhos recebidos até ao dia 10 de abril de 2024)

## Júri do concurso

O júri será constituído pelos seguintes elementos:

- Um(a) Representante da FNE
- Um(a) Representante da AFJET
- Um(a) Educador(a) de Infância
- Um(a) Professor(a) do 1.º Ciclo do Ensino Básico
- Um(a) Professor de Educação Visual

## Divulgação dos Trabalhos Premiados

No dia 24 de abril de 2024 será divulgada a listagem dos trabalhos premiados, em cada um dos escalões, na página de internet da FNE em [www.fne.pt](http://www.fne.pt).

## Exposição dos Trabalhos

Os trabalhos premiados serão expostos no dia 1 de maio de 2024, no local em que a UGT- União Geral de Trabalhadores e a FNE realizarem as comemorações do Dia do Trabalhador, de cujo programa constará a respetiva entrega de prémios e certificados de participação.

Posteriormente os trabalhos serão divulgados nas páginas de internet e redes sociais da FNE e da AFJET.

## Entrega de Prémios

Os prémios serão entregues no local das comemorações, no dia 1 de maio de 2024.

## Prémios

Terão direito a prémio os três melhores classificados em cada escalão.

Os prémios a atribuir, em cada escalão, serão os seguintes:

**1.º Prémio** – Tablet\*

**2.º Prémio** – Máquina fotográfica\*

**3.º Prémio** – Livros / Jogos didáticos\*

\* Os prémios podem ser substituídos por outros de igual valor

## Disposições Finais

Os trabalhos ficam pertença da FNE.

*Em cada trabalho deverá constar no verso a etiqueta disponibilizada na contracapa deste folheto, podendo ser fotocopiada.*



| COLAR NO VERSO DO TRABALHO   |       |
|--|-------|
| Nome do(s) autor (individual) / autores (coletivo):                    | _____ |
| Escalão: 1 2 3 4   | _____ |
| Estabelecimento de ensino:   | _____ |
| Morada:  | _____ |
| Telefone: _____ E-mail: _____  | _____ |
| A falta de qualquer destes elementos é motivo de exclusão do concurso. |       |

PODE SER FOTOCOPIADO



# A ESCOLA EM MUTAÇÃO... Digital, Presencial

Reconfigurar o currículo para a era digital na educação, ainda que em mudança, a escola não deixará de se focar na aprendizagem.

O comprometimento com a mudança, cujo acelerômetro COVID-19, exponenciou o recurso à tecnologia em particular às plataformas digitais e à mudança/alterações na ação dos professores e dos alunos.

A utilização das tecnologias nas escolas, antes e depois da pandemia deixou uma marca que refletiu a importância do presencial, promovendo a inclusão e a equidade, veja-se a perda das aprendizagens na pandemia ainda a recuperar.

A revolução do algoritmo no currículo e no modelo educacional, permite regular os modelos educacionais para moldar os alunos a determinada aprendizagem. É preciso que seja permitido ao aluno investigar aquilo que mais precisa e garantir que a qualidade dessa aprendizagem não seja só para alguns, a internet está em pano de fundo e tido como um meio generalizado.

O aluno tem de se transformar buscando conhecimento, com o apoio do professor.

Devemos procurar uma escola no futuro que não coloque em causa a ideia de mundo e que dê resposta aos problemas locais para os alunos, sendo que a escola não pode perder a sua parte humanista e crítica, as realidades são diferenciadas e nunca se pode esquecer o indivíduo social e o indivíduo humano.

A aula pode ser virtual, digital, mas até no físico se pode usar o digital; os alunos têm de ser ativados cognitivamente e aí deixam de ser leitores para serem criadores de conteúdos.

*“E as expressões, onde ainda não se investiu seriamente como acontece noutros países, tidos como líderes mundiais, como fazer esta convergência a nível digital?”*

A escola é sentido de pertença, a educação existe para as pessoas e não para transformar os alunos em meros dados.

A inclusão, a autonomia do currículo, que seguem uma estratégia nacional para a cidadania e avaliação pedagógica dos alunos são passos dados atualmente, mas a pandemia, as dificuldades económicas, o isolamento físico, as assimetrias no acesso ao digital, são problemas para muitos. É preciso infraestruturas preparadas para a era digital, recursos para a inovação!!!!

Há ainda um risco do excesso de plataformas e burocracia a mais nas escolas, que leva a um cansaço extra; “Os Professores vão investir numa profissão mal paga e não reconhecida? A sua formação académica/ científica está desacreditada e querem num espaço curto de tempo essa transformação?” Não será a resposta de forma clarificadora, o desburocratizar e desplataformizar como condições necessárias?

As escolas não são rankings, são oportunidades e o caminho de cada um onde o crescimento acontece com partilha, para que as escolas desenvolvam boas práticas e não vivam apenas de notas, sendo preciso dar tempo às crianças para brincarem.

O papel da pedagogia interligada com a integração tecnológica, há mais de um século que se fala em mudar a escola e nunca se esteve tão próximo disso. Não basta usar as tecnologias. Tem de haver equilíbrio entre presencial e digital e o papel do professor faz e continuará a fazer toda a diferença.

No tema da integração tecnológica, surgem questões que preocupam o futuro da educação como as relacionadas com o envelhecimento dos professores e a necessidade de envolver os docentes nesta integração. Para se alcançar uma integração maior, a sala de aula tem de permitir vários ambientes e há que se adaptar os processos de avaliação e sobretudo ouvir quem está no terreno. É um erro massificar. Os alunos têm cada vez mais de se preparar para várias profissões e isso passa também por uma maior participação das famílias; o computador por si só não é inovação, temos de convergir na trilogia da pedagogia, do espaço e da tecnologia, indo de encontro à enormidade de exigências atuais com que nos deparamos.

Coloca-se o tema de que aprender em rede é o maior desafio para a educação digital onde a pandemia trouxe a construção de muitas redes que criaram novos desafios na educação e depois há que personalizar a educação em rede. Como? Através do acolhimento na comunidade, da criação e inovação e da criação de ambientes emergentes que vão promover a mudança, recordando que as crianças de hoje vão trabalhar em profissões que ainda nem existem. Por isso, são precisos novos contextos orientados para aprender a responder a problemas, o que pode passar por contributos em rede de uma identidade partilhada, na busca de soluções. As universidades, por exemplo, fecham-se em si mesmas. É preciso mudar isso e precisamos incluir o modelo digital no presencial. Essa deve ser uma nova normalidade, ainda que tenhamos de criar proximidade virtual. A mudança tem início na forma como acolhemos os participantes na nossa rede sendo com interação que se desenvolve redes de aprendizagens e alcançamos a soberania do conhecimento que apenas se atinge com a globalização. A escola e o currículo têm de se ir adaptando, com flexibilidade e com formação, pois sem ela seremos ignorantes. É pegar nos dados e transformá-los em conhecimento.

A mudança pedagógica na construção de práticas e novos currículos promovendo a resolução de problemas; a aprendizagem ao longo da vida desenvolvendo pensamento aberto; gerir emoções em que a aprendizagem é emocional sendo que a emoção é fundamental para a relação e colaboração na comunidade com uma identidade partilhada em modelo colaborativo.

Hoje os territórios não se cingem a barreiras físicas nem há uma única rede e sim uma multiplicidade de redes onde o conhecimento é construído na colaboração em rede.

Devemos ser influenciados por todas as áreas de formação; a transição digital exige pensamentos emergentes.

uma aula gravada não é uma aula... é um recurso

a mudança deve ser da escola para a soberania do conhecimento

e não a tirania da normalização...

**NÃO TEMOS ESCOLA A MAIS, TEMOS É POLITICAS EDUCATIVAS A MENOS.**

*Joaquim Octávio Cunha*  
professor



# É urgente revalorizar a profissão docente!

A complexidade da profissão docente assim como as suas dimensões estruturantes exigem, na atualidade, uma reflexão séria e profunda por parte de um conjunto de instituições e organizações num trabalho articulado e concertado, no sentido da valorização da profissão.

Vivemos uma crise vocacional na profissão docente. Os jovens percecionam a desvalorização social da profissão. A precariedade inicial que muitas vezes se prolonga por vários anos, as carreiras longas, a falta de incentivos a uma progressão digna e adequada às responsabilidades da profissão, a ausência de estabilidade pela precariedade dos vínculos de trabalho e a forte pressão emocional inerente à profissão, reflete-se na diminuição do número de jovens estudantes matriculados nos cursos de formação inicial de professores.

Simultaneamente assiste-se a um aumento do número de professores que se decidem pelo abandono da profissão. Instabilidade, perda de autoridade, o excesso de burocracia, a falta de incentivos salariais, o excesso de alunos por turma, as crescentes dificuldades no exercício da profissão pelas responsabilidades acrescidas que têm sido exigidas aos professores consequência de uma sociedade em transformação, afastam da docência quem por ela optou por vocação.

A falta de atratividade da profissão docente conduz a um dos problemas mais graves da atualidade educativa: a falta de professores, que se agudiza em alguns grupos disciplinares que lecionam principalmente o 3º ciclo e o secundário, provocando um enorme desequilíbrio na distribuição da população docente entre as diferentes disciplinas e áreas geográficas.

A par de uma significativa e complexa reestruturação das instituições de ensino superior que permita uma alocação de recursos humanos significativos imprescindíveis ao acompanhamento e orientação dos candidatos a futuros professores, há uma necessidade inadiável de estabelecer um conjunto de estratégias e procedimentos que conduzam à valorização da função de professor no sentido de captação de novos docentes e que possam contrariar o abandono da profissão docente.

Medidas como espaço temporal para que os professores possam refletir sobre várias situações pedagógicas, discuti-las e analisá-las e para poderem planear a sua ação e monitorizar os resultados da mesma. A sobrecarga burocrática impede os docentes de estudar, analisar e investigar as suas práticas, atividade fundamental na concretização de um ensino de qualidade.

São necessárias reformas e estratégias de política educativa que permitam recuperar a atratividade pela profissão docente e a sua revalorização nos planos profissional, social e material, que continuem a assegurar um elevado nível de qualidade no ensino.

Repensar os modelos de formação inicial de professores baseado em perfis de elevada qualidade, melhorar as suas condições de trabalho, reconfigurar os percursos de desenvolvimento profissional, reforçar a autonomia e autoridade dos docentes, configurar uma carreira digna e equitativa e com melhores salários, adotar um modelo de administração e gestão escolar mais flexível e que promova uma maior satisfação dos professores no local de trabalho e consequentemente aumente o seu bem-estar, são algumas das estratégias que urgem concretizar no comprometimento com uma educação de elevada qualidade na formação dos nossos jovens, alguns deles futuros professores.

***Maria José Simões***



## Acolhimento, dignificação e integração dos Trabalhadores de Apoio Educativo

Os Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente são atualmente uma temática controversa cuja legislação nem sempre é explícita e elucidativa. A transferência de novas competências em matéria educativa para os Municípios veio acrescentar a estes uma panóplia de responsabilidades que têm de ser bem geridas em parceria com os órgãos de gestão dos Agrupamentos de Escolas.

Nem sempre a socialização dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente ocorre da melhor forma, devido à inexistência de um Programa de Acolhimento devidamente adequado às necessidades destes Trabalhadores, para a obtenção de êxito, sucesso e integração.

Os Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente são profissionais que contactam diariamente com as crianças e mesmo com os próprios familiares, intervindo e deparando-se inúmeras vezes com desafios e situações problemáticas em contexto de trabalho e até mesmo em contexto familiar e que na maioria das vezes carecem de uma resposta imediata e assertiva.

Os Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente necessitam urgentemente de ter formação adequada às diversas funções que desempenham e às situações com que se deparam diariamente. No entanto, nem todas as entidades lhes dão essa importância, não dedicam o devido tempo nem os recursos necessários à preparação e planeamento das funções dos mesmos.

Existe urgência na definição dos conteúdos funcionais específicos dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente, estabelecendo carreiras especiais (Assistentes Operacionais da Educação, Assistentes Técnicos da Educação e Técnicos Superiores da Educação).

A vida das Escolas é sem dúvida alguma os alunos, mas não podemos esquecer que a vida dos alunos depende em grande escala dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente, que os acompanham diariamente naquele que deve ser o seu grande percurso escolar. Estes trabalhadores são verdadeiramente importantes na engrenagem educativa dos nossos alunos.

Os Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente são ainda menos considerados do que qualquer outro profissional da Educação. Têm ordenados iguais ao atual ordenado mínimo nacional, não têm conteúdos funcionais, têm falta de formação adequada, há um incumprimento dos rácios...

O ACOLHIMENTO, DIGNIFICAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS TRABALHADORES DE APOIO EDUCATIVO/PESSOAL NÃO DOCENTE é preocupante e passa por solucionar urgentemente os aspetos realçados. Não dar a devida importância a estes trabalhadores é VOTAR NO INSUCESSO DA EDUCAÇÃO.

***Cristina Peixoto***  
***Presidente do STAAEZN***



# STAAESRA

## Formação dedicada à Educação Intercultural

Dando continuidade ao Plano de Formação 2024, o STAAESRA promoveu uma ação de formação dedicada à Educação Intercultural, com duração de 50 horas. Esta ação visou fomentar a compreensão e apreciação das diversas culturas e contou com a participação de 19 participantes.

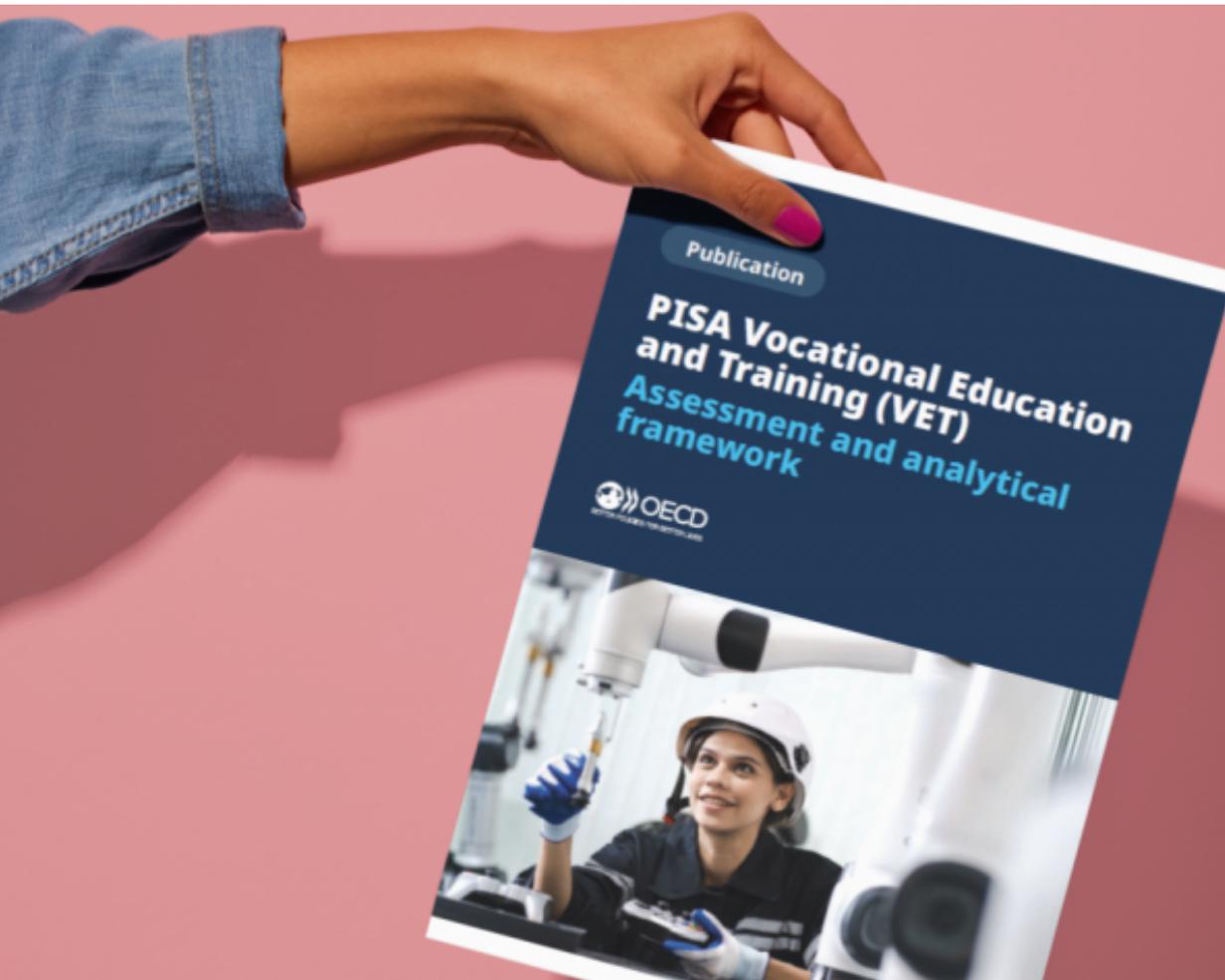
Realizada em modo online, esta formação procurou aprofundar conhecimentos sobre a importância da interculturalidade no contexto educacional.

O STAAESRA acredita que a diversidade cultural é um pilar fundamental na construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Esta iniciativa do Sindicato proporcionará um ambiente propício ao diálogo e à partilha de conhecimentos, mesmo a distância.

O STAAESRA deixou agradecimentos a todos os participantes pela adesão e entusiasmo demonstrados. “Este foi apenas o início de uma jornada enriquecedora, onde em conjunto foram exploradas as riquezas da interculturalidade na educação porque, afinal, é muito mais o que nos une do que aquilo que nos separa”, referiram.





## Quadro de Referência do PISA-VET: um marco a nível mundial

A OCDE lançou em 19 de março de 2024 o seu “Quadro de Referência do PISA - VET (Ensino e Formação Profissional): um marco mundial em matéria de competências profissionais orientadas para o futuro”. A população alvo para avaliação são alunos e alunas dos níveis 3 e 4 da Classificação Internacional Normalizada da Educação (ISCED, na sigla inglesa), nos níveis 3 e 4 do Quadro Europeu de Qualificações (EQF na sigla inglesa), ou equivalentes em países que não o utilizam.

Este documento apresenta os fundamentos conceituais do projeto PISA para a Educação e Formação Profissional (EFP), atualmente em fase de desenvolvimento, que visa fornecer uma pesquisa internacional abrangente e rigorosa dos conhecimentos e capacidades dos aluno(a)s, considerados essenciais para o sucesso em algumas áreas profissionais.

Na sua fase de desenvolvimento, a avaliação do PISA - VET abrange conhecimentos e competências profissionais em cinco áreas profissionais selecionadas (negócios e administração, eletricitista, saúde, com o foco em auxiliares de saúde e de enfermagem, técnico automóvel e turismo e hospitalidade, com o foco em rececionistas de hotel), além de uma avaliação das competências de empregabilidade dos alunos, incluindo alfabetização, resolução de problemas, desempenho de tarefas e colaboração com outros.

Duas das áreas ocupacionais (eletricista e técnico de automóvel) são dominadas por homens, uma área (cuidados de saúde) é dominada por mulheres e as outras três (negócios e administração, turismo e hospitalidade) representam os dois gêneros de formandos por igual. Este mix de áreas ocupacionais adquire um equilíbrio entre competências relacionadas com competências STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia, Matemática) e com áreas fora dessas competências.

A publicação da OCDE inclui os quadros para avaliar todos os conhecimentos e competências incluídos na avaliação. Estes capítulos descrevem o conhecimento do conteúdo e as competências que os alunos precisam de adquirir em cada domínio, o modo como cada domínio é avaliado e os contextos em que esse conhecimento e essas competências são aplicados.

O EFP desempenha um papel crucial para garantir que tanto os jovens como os adultos possuam as competências exigidas pelas sociedades e pelos mercados de trabalho. À medida que o panorama global do EFP sofre mudanças transformadoras, também o faz a necessidade de uma abordagem colaborativa para medir as competências profissionais.

O Quadro de Referência do PISA - VET representa um esforço conjunto de 13 países e de mais de uma centena de peritos, empregadores e parceiros internacionais e será o centro das atenções como um farol de inovação, concebido não só para avaliar, mas também para orientar, informar e inspirar.



Representa de igual modo uma compreensão abrangente da forma como, em conjunto, se pode redefinir o panorama das competências e do ensino profissionais.

O projeto de avaliação PISA - VET apoia os países no reforço dos seus sistemas de competências, desenvolvendo, testando e implementando uma avaliação internacionalmente normalizada dos resultados dos programas iniciais de EFP, cuja análise dos resultados irá melhorar a perceção política comparativa sobre como melhorar a relevância, a qualidade, equidade e eficácia dos programas iniciais de EFP.

O PISA for VET envolve cinco questionários: a alunos do EFP, a professores, a instituições, a empregadores/formadores e a dados a nível do sistema. O quadro de referência definirá os módulos de avaliação e de análise que constituirão a base das avaliações. Estes módulos estão organizados em torno de três pilares: programa de EFP/resultados de aprendizagem, bases para o sucesso e, por fim, fatores demográficos para avaliar a igualdade e a equidade.

O Quadro de Referência do PISA-VET funcionará como um roteiro para a avaliação, estabelecendo diretrizes para a conceção de testes e análise de dados, definindo os conhecimentos e competências necessários para as profissões profissionais e de que modo serão avaliados. O PISA-VET começou em 2022 - 2023 e terá os seus resultados divulgados globalmente em 2029.

Esta iniciativa redefinirá a forma como a OCDE mede as competências profissionais e dará aos países a oportunidade de aprenderem com os programas de EFP uns dos outros e de aperfeiçoarem as suas políticas educativas.

Os países que participaram na fase de desenvolvimento deste projeto são Alemanha, Austrália, Bélgica (Flandres), Brasil, Emirados Árabes Unidos, EUA, Grécia, Irlanda, Mongólia, Países Baixos, Portugal, Turquia e Reino Unido. O IAVE nacional participa neste projeto através de Anabela Serrão.

**Quadro 6.1. Principais programas de formação de rececionistas de hotel qualificados (participação do país na Fase de desenvolvimento)**

|                  | Australia                                     | Germany                           | Portugal                       | United Arab Emirates              |
|------------------|---|-----------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|
| Title            | Certificate 3 or 4 in hospitality or business | Specialists in the hotel business | Hotel accommodation technician | Certificate 4 in Customer Service |
| ISCED level      | 3   | 3                                 | 3                              | 3                                 |
| EQF level        | 3 or 4  | 4                                 | 4                              | 3                                 |
| Duration (years) | 1-2 years                                     | 3 years                           | 3 years                        | 2 years                           |

# Espaço Europeu de Dados de Saúde: Conselho e Parlamento chegam a acordo

O Conselho da União Europeia (UE) e o Parlamento Europeu chegaram, em 15 de março de 2024, a um acordo provisório sobre uma nova lei que facilita o intercâmbio e o acesso a dados relativos à saúde a nível da UE. O acordo terá agora de ser aprovado pelo Conselho e pelo Parlamento.

O regulamento proposto para um Espaço Europeu de Dados de Saúde (EEDS) visa melhorar o acesso e o controlo das pessoas sobre os seus dados pessoais eletrónicos de saúde, permitindo simultaneamente a reutilização de certos dados para fins de interesse público, apoio a políticas e investigação científica. Prevê um ambiente de dados específico para a saúde que ajudará a promover um mercado único de serviços e produtos de saúde digitais.

Atualmente, o acesso transfronteiriço aos dados relativos à saúde varia em toda a UE. As novas regras visam permitir que um turista espanhol possa aviar uma receita numa farmácia alemã ou que os médicos acedam às informações de saúde de um doente belga em tratamento em Itália.



"O acordo irá apoiar fortemente os cuidados aos doentes e a investigação científica na UE. A nova lei permitirá que os doentes cedam aos seus dados de saúde onde quer que se encontrem na UE, proporcionando simultaneamente à investigação científica, por razões importantes de interesse público, um manancial de dados seguros que beneficiará grandemente o desenvolvimento de políticas de saúde", assegurou Frank Vandembroucke, Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Assuntos Sociais e da Saúde Pública da Bélgica.

### **Acesso mais fácil das pessoas aos dados de saúde:**

ao abrigo das novas regras, as pessoas terão um acesso mais rápido e mais fácil aos dados de saúde eletrónicos, independentemente de se encontrarem no seu país de origem ou noutro Estado-Membro (EM). Terão também um maior controlo sobre a forma como esses dados são utilizados. Os países da UE terão de criar uma autoridade de saúde digital para aplicar as novas disposições.

### **Maior potencial de investigação:**

o EEDS também dará aos investigadores e decisores políticos acesso a tipos específicos de dados de saúde seguros, permitindo-lhes explorar o vasto potencial proporcionado pelos dados de saúde da EU, para informar a investigação científica de interesse público.

### **Garantir a interoperabilidade:**

atualmente, o nível de digitalização dos dados de saúde na UE varia de um EM para outro, o que torna mais difícil a partilha de dados entre eles. O regulamento proposto exige que todos os sistemas de registos de saúde eletrónicos (RSE) cumpram as especificações do formato europeu de intercâmbio de registos de saúde eletrónicos, garantindo a sua interoperabilidade a nível da UE.



# Elementos-chave do acordo provisório

O acordo provisório alcançado entre o Conselho e o Parlamento altera a proposta original da Comissão Europeia numa série de domínios fundamentais, nomeadamente:

## - auto-exclusão:

os EM podem autorizar os doentes a autoexcluir-se da utilização dos seus dados de saúde, quer por um profissional de saúde (utilização primária), quer para utilização posterior (utilização secundária, sempre em condições estritas), exceto para fins de interesse público, elaboração de políticas, estatísticas e investigação de interesse público;

## - informação restrita:

se os doentes optarem por restringir a informação, os profissionais de saúde só poderão aceder a dados de saúde restritos em situações de interesse vital;

## - dados sensíveis:

os EM podem adotar medidas mais rigorosas que regulem o acesso a certos tipos de dados sensíveis, como os dados genéticos, para fins de investigação;

## - detentores de dados de confiança:

a fim de reduzir os encargos administrativos, os EM podem estabelecer detentores de dados de confiança que possam processar de forma segura os pedidos de acesso a dados relativos à saúde.

## - resultados clinicamente significativos:

se os investigadores informarem os organismos de acesso aos dados de saúde (OADS) sobre resultados que possam ter impacto na saúde de um doente cujos dados tenham sido utilizados na investigação científica, o HDAB pode informar o titular de dados de confiança, que tem de informar o doente ou o profissional de saúde responsável pelo tratamento sobre esses resultados.

## Próximas etapas

O acordo provisório terá agora de ser aprovado pelo Conselho e pelo Parlamento europeus. Será então formalmente adotado por ambas as instituições após revisão jurídico-linguística. O regulamento entrará em vigor 20 dias após a sua publicação no Jornal Oficial da UE.

No que respeita a antecedentes, em 3 de maio de 2022, a CE publicou uma proposta de regulamento que cria um Espaço Europeu de Dados de Saúde (EEDS). A proposta foi o primeiro de nove espaços europeus de dados setoriais e de domínio específico definidos pela Comissão na sua comunicação de 2020, "Uma estratégia europeia para os dados". O Conselho chegou a acordo sobre o seu mandato para as negociações em 6 de dezembro de 2023.

O objetivo do EEDS é facilitar o acesso e o intercâmbio transfronteiriços de dados de saúde, tanto para apoiar a prestação de cuidados de saúde ("utilização primária dos dados"), como para informar a investigação e a elaboração de políticas no domínio da saúde (reutilização de dados, também designada por "utilização secundária dos dados").

O EEDS é considerado um pilar fundamental da União Europeia da Saúde.

# + vantagens



www.fne.pt

Há +vantagens em ser associado(a)  
dos sindicatos da FNE

Consultar protocolos



# o futuro está na



# escola

PARA MELHOR EDUCAÇÃO

*Tratem bem os que cá estão!*

FICHA TÉCNICA | MARÇO 2024

**Proprietário**  
Federação Nacional da Educação

**Diretor**  
Pedro Barreiros

**Produção de conteúdos**  
Joaquim Santos e Tiago Soares

**Secretariado**  
Adosinda Leitão e Cristina Maia

**Tesoureiro**  
Mário Jorge

**Redação**  
Rua Pereira Reis, 399  
4200-448 Porto  
tel. 225 073 880  
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

**Produção gráfica e paginação**  
Rafael Marques

**Sindicatos membros**

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas